

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

TERMO Nº **602/2022** QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE PLATAFORMA DE GERENCIAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD).

Contrato que entre si celebram a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **PODIUM SIMPLEWAY TECNOLOGIA LTDA**, doravante denominada CONTRATADA, que tem por objeto a contratação de empresa para locação de plataforma de gerenciamento para implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), oriundo do Processo Administrativo nº 2333/2022.

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, nas dependências da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, entidade de direito público interno, com sede no Paço Municipal, à Rua Miguel Prisco nº 288, centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Secretário Interino de Assuntos Estratégicos e Modernização, Sr. Rangel Ferreira, e de outro lado a empresa **PODIUM SIMPLEWAY TECNOLOGIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.416.871/0001-32, com sede na Rua Marisa, nº 186 - sala 04, Jardim Macedo, Ribeirão Preto – SP, CEP 14.091.150, neste ato representada pelo Sr. Rogério Coutinho da Silva, portador da cédula de identidade RG nº 104657-SSP/RR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 421.521.862-49, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas da Lei nº 8.666/93, e atualizações e as Cláusulas a seguir estabelecidas.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. A CONTRATADA nos termos do presente, obriga-se a prestar serviços de mentoria e locação de sistema informatizado de auxílio para adequação da PMETRP a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

### **VERSÃO ESSENTIALS**

- Mapeamento das operações de tratamento
- Mapeamento de repositórios físicos
- Mapeamento de fornecedores
- Mapeamento de sistemas
- Mapeamento de infraestrutura de TI
- Mapeamento de contratos
- Dicionário de Dados Pessoais com centenas de itens
- Visão de múltiplas organizações (ideal para DPO as a Service ou DPO para grupos empresariais)
- Estrutura organizacional com visão por organograma
- Estrutura organizacional com visão por processo de negócio
- Registro das estratégias de Continuidade de Negócio por Sistema
- Gestão de Continuidade / R.T.O. & R.P.O.
- Dashboard básico
- Medidas técnicas e organizacionais
- Template de Assessment 27.001
- Template de Assessment 27.701
- Customização de questionários para avaliações
- Segregação de função para assessment (respondedor / aprovador)
- Avaliação de risco por operação de tratamento
- Gestão de tratamento dos riscos
- Gestão do plano de ação
- Tracking de prazos das ações
- Tracking de orçamento da Implementação da ação
- Logs por usuário
- Tracking das ações para múltiplos Programas de Conformidade
- Registro do DPO interno e de Fornecedores
- Suporte por e-mail

### **PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇOS ESSENTIALS**

- Quantidade de Organizações por assinatura – 1
- Quantidade de operações de tratamento – Ilimitado
- Quantidade de repositório físicos – Ilimitado
- Quantidade de sistemas – Ilimitado
- Quantidade de organizações relacionadas – Ilimitado
- Quantidade de questionários próprio – Ilimitado
- Quantidade de pessoas cadastradas sem login – Ilimitado
- Quantidade de pessoas cadastradas com login – 50
- Plataforma hospedada na Amazon
- Suporte técnico por e-mail (8x5 NBD)
- SLA de Disponibilidade – 99,8%

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO**

2.1. Pela prestação dos serviços objeto desta avença, a CONTRATADA receberá mensalmente o valor de **R\$ 600,00** (seiscentos reais), perfazendo o valor total de **R\$ 7.200,00** (sete mil e duzentos reais).

2.2. As despesas oriundas da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias da seguinte Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 (Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica), do orçamento da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, referente ao exercício de 2022 e exercício vindouro.

2.3. O presente Termo de Contrato poderá, mediante requerimento da CONTRATADA sofrer a partir do décimo terceiro mês de vigência, reajuste de acordo com a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE), ou ainda na falta deste, pelo que melhor refletir a desvalorização da moeda. A partir de então ocorrerá dentro da menor periodicidade legalmente permitida.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelas mensais, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal.

3.1.1. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado no setor da secretaria de Finanças, sito a Rua Miguel Prisco, 288 - prédio do paço Municipal, ou depositado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados à partir da ordem de início dos serviços, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da CONTRATANTE, nos moldes do Art. 57, Inciso IV da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. A realização da prestação de serviços objeto desta avença, será executado diretamente e sob exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vedada a contratação de terceiros sem a anuência da CONTRATANTE, por escrito.

5.2. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no fornecimento, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste Termo de Contrato atualizado.

### **5.3. Capacitação:**

5.3.1. A cada CNPJ contratado está contemplado treinamento de até 8 pessoas, sem custos extras.

5.3.2. Os treinamentos são realizados em forma virtual;

5.3.3. O calendário de treinamento dever ser consultado no momento do fechamento;

5.3.4. Caso haja necessidade de capacitação de um número maior que 8 pessoas, deve ser consulta a Podium, quanto aos valores e datas de novas turmas.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **5.4. Exclusões**

5.4.1. Não faz parte do escopo desse contrato:

5.4.2. Assessoria técnica;

5.4.3. Implementação ou revisão de processos, controles e tecnologias;

5.4.4. Elaboração ou revisão de políticas, normas e procedimentos.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES**

### **6.1. DA CONTRATADA**

6.1.1. Fornecer a Plataforma Podium SimpleWay versão Essentials.

6.1.2. Assegurar a manutenção e evolução da Plataforma.

6.1.3. Assegurar a disponibilidade de acesso a plataforma.

6.1.4. Assegurar o melhor esforço para proteção técnica do ambiente.

6.1.5. Para a prestação dos serviços objeto desta avença, a CONTRATADA deverá observar todas as recomendações indicadas em sua proposta inserta às fls. 05/13, constante do Processo Administrativo nº 2333/2022.

6.1.6. Executar os trabalhos objeto do presente termo em estreita colaboração com a CONTRATANTE.

6.1.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas custas, eventuais irregularidades, imperfeições ou defeitos constatados na prestação dos serviços executados, até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo da prestação dos serviços.

6.1.8. Responder, civil e criminalmente, pela prestação dos serviços.

6.1.9. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado. (Art. 70 da Lei 8.666/93).

6.1.10. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. (Art. 71 da Lei 8.666/93).

6.1.11. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos no item 6.1.6, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. (Art. 71 da Lei 8.666/93, § 1º).

### **6.2. DA CONTRATANTE**

6.2.1. Assegurar a gestão dos usuários da organização do cliente.

6.2.2. Assegurar que cada login seja individual e intransferível.

6.2.3. Assegurar que cada usuário mantenha em sigilo suas credenciais de acesso.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

6.2.4. Responsável pela gestão das informações da organização do cliente.

6.2.5. Avaliar os relatórios entregues dos serviços prestados para sua aprovação ou reprovação;

6.2.6. Indicar funcionário da Prefeitura para representá-la e para fiscalizar a prestação dos serviços.

6.2.7. Verificar e aprovar os serviços prestados.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES**

7.1. A Parte que deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir qualquer dos preceitos legais, serão aplicadas além das penalidades previstas em Lei, as seguintes:

7.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha à CONTRATADA, concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE.

7.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total e atualizado do contrato, por atraso na execução do contrato superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias corridos, após o que, aplicar-se-á, a multa prevista na cláusula 7.1.3. deste termo.

7.1.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total atualizado do contrato no caso de inexecução total de seu objeto, o que ocorrerá na hipótese de atraso superior a 30 dias corridos no fornecimento do objeto desta avença.

7.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou de disposição legal pertinente ao seu objeto, podendo, ainda, neste caso, ser rescindido o contrato na forma prevista pelos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 atualizada.

7.1.5. Declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

7.2. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

7.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, não eximindo, portanto, a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato tenha acarretado.

## **CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1. Independentemente das multas estabelecidas na Cláusula Sétima, a CONTRATANTE poderá considerar rescindido o presente Termo de Contrato de pleno direito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que por isso seja obrigada ao pagamento de indenização, multa ou ônus de qualquer natureza, se o CONTRATADO der causa a qualquer dos motivos previstos na Lei Federal 8.666/93 atualizada.

8.2. No caso de inexecução total ou parcial, ou ainda pela execução inadequada do objeto contratual, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

8.2.1. Rescisão unilateral do contrato;

8.2.2. Indenização por perdas e danos;

8.2.3. Suspensão da execução.

## **CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. O Presente Termo de Contrato, devidamente autorizado pelo artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e reger-se-á segundo as disposições contidas na mesma Lei, pelas suas cláusulas e pela sua proposta comercial inserta às fls. 05/13 constantes do Processo Administrativo nº 2333/2022.

9.2. Constatando-se erro no relatório emitido, a CONTRATANTE reserva-se o direito de devolvê-la, considerando para fins de pagamento, a data do recebimento do relatório devidamente corrigido.

9.3. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato, a CONTRATANTE poderá determinar o cancelamento da prestação dos serviços, sem que caiba o CONTRATADO qualquer direito a pagamento ou indenização, nos termos do disposto do artigo 393 do Novo Código Civil Brasileiro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – FORO**

10.1. As partes elegem o foro da comarca de Ribeirão Pires para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente contratação.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente termo em 04 (quatro) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 18 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**RANGEL FERREIRA**  
**Secretário Interino de Assuntos Estratégicos e Modernização**

**PODIUM SIMPLEWAY TECNOLOGIA LTDA**  
**Rogério Coutinho da Silva**

TESTEMUNHAS:

1) \_\_\_\_\_  
RG:

2) \_\_\_\_\_  
RG:

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

Licença de uso de software de inventário e gestão de dados pessoais e privacidade, incluindo a instalação e configuração da solução ofertada, serviço continuado de suporte e atualização de versão da solução ofertada, serviço continuado de suporte técnico especializado e treinamento para gestão e uso da solução contratada.

<b>Item Único - Licença de uso de software de inventário e gestão de dados pessoais e privacidade</b>			
Subitem	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Licença de software de inventário e gestão de dados pessoais e privacidade	Mês	12
2	Serviço de Instalação e Configuração	Conjunto	01
3	Treinamento	Turma	01
4	Suporte Técnico	Mês	12

### 2. JUSTIFICATIVA

Com a edição e entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei n. 13.709/2018), não só as empresas, mas também os entes públicos de todos os Poderes e esferas de governo passaram a se sujeitar a um regime jurídico próprio de proteção de dados pessoais. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) atribuiu a órgãos públicos sem personalidade jurídica, que realizem tratamento de dados pessoais, funções típicas de controlador de dados. Nesse sentido, o Decreto nº 7.208 instituiu o grupo de trabalho responsável por propor uma política institucional de proteção de dados pessoais no âmbito da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, promovendo a adequação do ente ao regime jurídico instituído pela LGPD. Isto posto, uma vez que a aderência às regras e princípios previstos na LGPD depende da estruturação de um programa de governança de dados pessoais, o qual inclui como um dos principais elementos o mapeamento e inventário de processos de tratamento, bem como dos dados custodiados e manuseados pela organização (artigo 37 da LGPD), e considerando ainda a diversidade de atividades de tratamento conduzidas pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, a contratação de solução tecnológica que permita a gestão eficiente, intuitiva e facilitada destes dados se mostra imprescindível para a eficácia da implantação e manutenção de um programa de privacidade adequado à legislação.

### 3. CARACTERÍSTICAS GERAIS

3.1. Deve possuir interface WEB (funcionar na nuvem), devendo ser utilizado através de navegador (browsers), permitindo assim o acesso utilizando computador ou dispositivos móveis (smartphones, tablets etc.)

3.1. 1. A instalação da base de dados pode ser efetuada nos servidores da contratada e/ou em servidores na nuvem (internet) por esta contratada, sendo a subcontratação autorizada unicamente para esta hipótese;

3.1.2. A Contratada é responsável por manter a base de dados em ambiente seguro, garantindo a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade, conforme dispõe a legislação brasileira de proteção de dados e as boas práticas de segurança da informação.

3.2. Deve ter suporte mínimo aos navegadores atuais como: Microsoft Edge, Mozilla-Firefox e Google Chrome.

## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

3.3. Todos os componentes da solução deverão estar em suas últimas versões estáveis.

3.3.1. As atualizações deverão ocorrer sem a necessidade de intervenção dos usuários.

3.4. Deve ser inteiramente funcional e atender às especificações técnicas descritas nesse documento. Não serão aceitas soluções parciais e/ou a necessidade de aquisição de novos componentes ou serviços para o funcionamento da mesma.

3.5. Caso a solução seja estruturada em módulos, estes devem trabalhar de forma integrada, evitando a duplicação de dados em diferentes bases.

3.6. Deve permitir a sua execução em ambiente multiusuário, permitindo, assim, a utilização simultânea por vários operadores.

3.6.1. Deve permitir a criação de um número mínimo de 100 (cem) perfis de usuários, cujo acesso se dará através de credenciais únicas, pessoais e intransferíveis;

3.6.2. Possuir mecanismo de recuperação de senha no caso de perda ou esquecimento por parte do usuário;

3.6.3. Deve permitir a criação de perfis de acesso que permitam, no mínimo, restringir a criação, edição ou exclusão de dados.

3.7. Deve funcionar de forma ininterrupta durante os 07 (sete) dias da semana, inclusive feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia.

3.8. Permitir a emissão de relatórios, no mínimo, nos formatos PDF e CSV.

3.9. Todos os menus e campos devem estar inteiramente em português.

3.10. Possuir mecanismo de registro de eventos (logs) para fins de auditoria, contemplando, no mínimo, os acessos ao sistema, operações de inclusão, exclusão ou edição de dados, hora e data sincronizadas com fonte de tempo precisa.

3.11. Utilizar banco de dados não proprietários (banco de dados gratuito) ou proprietários, porém o custo da utilização do banco de dados proprietário ficará inteiramente às expensas da contratada. O banco de dados pode ser instalado nos servidores da contratada ou de terceiros.

### **4. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS**

4.1. Permitir o cadastro de operações de tratamento de dados pessoais com, no mínimo, os seguintes campos:

4.1.1. Identificação da operação;

4.1.2. Setor ou departamento responsável;

4.1.3. Papel da entidade no tratamento de dados (controlador ou operador);

4.1.4. Descrição da operação de tratamento de dados;

4.1.5. Finalidade da operação de tratamento de dados;



## **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

4.1.6. Base legal de tratamento;

4.1.7. Tempo de retenção do dado pessoal;

4.1.8. Tipos de dados pessoais tratados;

4.1.9. Natureza dos dados pessoais tratados (sensíveis ou não sensíveis);

4.1.10. Armazenamento ou localização (física e/ou virtual);

4.1.11. Compartilhamento de dados com a identificação das entidades e/ou terceiros receptores de dados;

4.1.12. Transferência internacional com a identificação das entidades e/ou terceiros receptores de dados;

4.1.13. Classificação de risco da operação (mínimo de três níveis);

4.1.14. Indicação de medidas de segurança para preservação dos dados;

4.1.15. Campo livre para comentários gerais;

4.1.16. Permitir a anexação de documentos em formato pdf ou imagem (jpeg, bitmap etc.) que sejam relevantes para identificar a operação de tratamento, sendo possível a limitação de tamanho de até 5mb (megabytes) por arquivo.

4.2. Possuir repositório ou biblioteca de dados pessoais com a possibilidade de inclusão de novos tipos de dados, além de edição e exclusão, sem qualquer limite quantitativo.

4.2.1. A identificação dos dados pessoais deve contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

4.2.1.1. Natureza do dado pessoal (sensível ou não sensível);

4.2.1.2. Gênero ou classe do dado pessoal (ex: identificador pessoal, biométrico etc.);

4.2.1.3. Tipo de dado (ex: nome, RG, CPF, fotografia etc.).

4.3. Possibilitar o cadastro de soluções tecnológicas ou sistemas informatizados que tratam dados pessoais.

4.4. Permitir o cadastro de estruturas físicas de armazenamento de dados pessoais (ex: arquivos físicos, salas-cofre, armários etc.).

4.5. Permitir o cadastro de entidades externas e contratados responsáveis pelo tratamento de dados pessoais, identificando seu respectivo papel no tratamento de dados (controlador ou operador).

4.6. Permitir o cadastro da estrutura administrativa ou organograma da entidade.

4.7. Possibilitar a emissão de relatórios das operações de tratamento de dados.

4.8. Apresentar painéis (dashboard) de acompanhamento com indicadores de quantas atividades e itens de conformidade já foram concluídos ou que estão em andamento.

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **5. INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO**

5.1. O prazo de conclusão da instalação, disponibilização e configuração do sistema em sua plena funcionalidade é de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por mais 7 (sete) dias úteis, desde que justificado.

5.1.1. Até a disponibilização efetiva do sistema, não haverá o pagamento de quaisquer valores à Contratada, sendo que o valor referente à licença de uso será pago proporcionalmente (prorata) aos dias de efetiva disponibilização.

5.2. A Contratada será responsável por fornecer treinamento aos usuários e administradores do sistema, o qual pode ser ministrado de forma remota ou presencial, cuja data será definida pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, respeitado o prazo mínimo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

## **6. SUPORTE TÉCNICO**

6.1. Após a implantação, a Contratada prestará serviços de suporte técnico nas seguintes condições:

6.1.1. O serviço será prestado à distância, por meio de atendimento via telefone, correspondência eletrônica, ou outro meio disponível que possibilite celeridade na resolução dos problemas, sem ônus para a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, caso o problema apresentado pelo sistema puder ser sanado por servidor da Contratante que tenha participado do treinamento, devendo, em todos os casos, ser respeitado o prazo de resposta de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da abertura do chamado.

6.1.2. Caso a contagem do prazo termine em sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo, prorroga-se para o primeiro dia útil.

6.2. Os serviços de manutenção e/ou atualização voltados à garantia das alterações legais, corretivas e evolutivas na solução deverão ser prestados pela Contratada, sempre que necessário, sem ônus adicional à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires.

# Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONTRATADA: PODIUM SIMPLEWAY TECNOLOGIA LTDA

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 602/2022

OBJETO: Contratação de empresa para locação de plataforma de gerenciamento para implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 18 de Novembro de 2022.**

### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Luiz Gustavo Pinheiro Volpi

Cargo: Prefeito Interino

CPF: 107.716.268-51

### RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Rangel Ferreira

Cargo: Secretário Interino de Assuntos Estratégicos e Modernização

CPF: 404.494.098-30

Assinatura: \_\_\_\_\_

# **Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires**

## **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

### **Pelo contratante:**

Nome: Rangel Ferreira

Cargo: Secretário Interino de Assuntos Estratégicos e Modernização

CPF: 404.494.098-30

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **Pela contratada:**

Nome: Rogério Coutinho da Silva

Cargo: Sócio Administrador

CPF: 421.521.862-49

E-mail institucional: dpo@podium.com.br

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Rangel Ferreira

Cargo: Secretário Interino de Assuntos Estratégicos e Modernização

CPF: 404.494.098-30

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: Rangel Ferreira

Cargo: Secretário Interino de Assuntos Estratégicos e Modernização

CPF: 404.494.098-30

Assinatura: \_\_\_\_\_